



## A RESISTÊNCIA DOS TENETEHARA TEMBÉ NO OESTE MARANHENSE: UM OLHAR SOBRE A DINÂMICA SOCIOESPACIAL DA ALDEIA ITADUQUIRÁ NA TERRA INDÍGENA ALTO TURIAÇU

Mara Dielly Santos da Cruz<sup>1</sup>  
Ademir Terra<sup>2</sup>

**Resumo:** Na contemporaneidade é essencial o debate acerca dos povos originários, buscando compreender e destacar as pressões e os processos discriminatórios sofridos pelos Tenetehara Tembé, da aldeia Itaduquirá, estabelecidos nas proximidades do Rio Gurupi, no oeste maranhense, mais precisamente na Terra Indígena Alto Turiaçu. Reconhecendo suas distintas estratégias de luta e resistência com quais visam sua sobrevivência e manutenção de seu modo de vida diante das fortes ameaças decorrentes da ação de distintos invasores de suas terras.

**Palavras-chave:** Resistência. Luta. Dinâmica Socioespacial. Terra Indígena Alto Turiaçu.

## THE TENETEHARA TEMBÉ RESISTANCE IN WEST MARANHENSE: A LOOK AT THE SOCIO-SPATIAL DYNAMICS OF THE ITADUQUIRÁ VILLAGE IN THE ALTO TURIAÇU INDIGENOUS LAND

**Abstract: Resumo:** In contemporary times, the debate about the original peoples is essential, seeking to understand and highlight the pressures and discriminatory processes suffered by the Tenetehara Tembé, from the Itaduquirá village, established near the Gurupi River, in western Maranhão, more precisely in the Alto Turiaçu Indigenous Land. Recognizing their different strategies of struggle and resistance with which they aim at their survival and maintenance of their way of life in the face of strong threats arising from the action of different invaders of their lands.

**Keywords:** Resistance. Struggle. Socio-spatial Dynamics. Alto Turiaçu Indigenous Land.

## LA RESISTENCIA TENETEHARA TEMBÉ EN WEST MARANHENSE: UNA MIRADA A LAS DINÁMICAS SOCIOESPAZIALES DE LA ALDEA ITADUQUIRÁ EN LA TIERRA INDÍGENA ALTO TURIAÇU

**Resumen:** En la contemporaneidad, el debate sobre los pueblos originarios es fundamental, buscando comprender y evidenciar las presiones y los procesos discriminatorios sufridos por los Tenetehara Tembé, de la aldea Itaduquirá, establecidos cerca del río Gurupi, en el oeste de Maranhão, más precisamente en la Tierra Indígena Alto Turiaçu. Reconociendo sus diferentes estrategias de lucha y resistencia con las que pretenden su supervivencia y mantenimiento de su forma de vida frente a fuertes amenazas derivadas de la acción de diferentes invasores de sus tierras.

**Palabras Clave:** Resistencia. Lucha. Dinámicas Socioespaciales. Tierra Indígena Alto Turiaçu.

<sup>1</sup> Universidade Estadual do Maranhão, Departamento de Geografia, São Luís, Brasil,  
[mdiellysantos@gmail.com](mailto:mdiellysantos@gmail.com), <https://orcid.org/0009-0002-3143-3995>

<sup>2</sup> Universidade Estadual do Maranhão, Departamento de Geografia, São Luís, Brasil,  
[ademirterra@professor.uema.br](mailto:ademirterra@professor.uema.br), <https://orcid.org/0000-0002-5304-3341>

## Introdução

Na atualidade, é essencial o debate acerca dos povos tradicionais, a fim de compreender e destacar as pressões e os processos discriminatórios sofridos pelos grupos, bem como prospectar um futuro melhor para eles. O presente texto objetiva analisar a dinâmica socioespacial dos Tenetehara<sup>3</sup> Tembé, da aldeia Itaduquirá<sup>4</sup>, estabelecidos na Terra Indígena Alto Turiaçu (TI), cuja demarcação representa uma tentativa de defesa territorial dos povos tradicionais que, atualmente, se encontram sob ameaça. Procurar entender suas formas de resistência e como se organizam, pois, é primordial, em face da histórica falta de respeito com os povos originários e seu modo de vida.

A Amazônia Maranhense abrange 24,46% do território do estado (IBGE, 2002), portanto, é de se esperar que um grande contingente de comunidades tradicionais esteja estabelecido nesse recorte espacial, posto que, na maioria das vezes, os Tenetehara e a natureza se tornam indissociáveis. Nesse fragmento do bioma Amazônia, localiza-se a aldeia Itaduquirá, empenhada em se resguardar e proteger sua comunidade.

Por compreender que a realidade dos fenômenos não é estática, longe disso, é transformação, e visando aprofundar o conhecimento sobre nosso objeto de estudo, partimos da perspectiva do método dialético, com o qual, como destaca Mandel (1978), não se pode trabalhar com fatalismos, mas com processos. O levantamento dos dados secundários foi realizado durante a pesquisa bibliográfica e incluiu livros, artigos e periódicos.

Com o intuito de trazer um olhar diferenciado, partindo de uma análise da realidade da vida e dos costumes da comunidade em questão, bem como de suas singularidades representativas no espaço vivido, utilizamos um procedimento quali-quantitativo, a fim de levantar dados primários, por meio das falas e vivências de seus membros.

A princípio, por ser regra daquela aldeia, foi necessário solicitar a autorização do Cacique para nosso ingresso na TI, sem a qual nossa pesquisa não seria possível. Para melhor compreender as relações e os fenômenos humanos, fizemos

<sup>3</sup> Este será o termo utilizado na pesquisa para nomear os povos Tembé, autodenominados Tenetehara, que, como afirma o filho do cacique “na nossa língua é o mesmo que índio para vocês, gente verdadeira”.

<sup>4</sup> A escolha do nome Itaduquirá, que significa Pedra do Sal, é referência à presença de rochas salinas às margens do rio Gurupi, nas proximidades da aldeia, segundo o filho do cacique.

o levantamento de dados a partir de entrevistas abertas com as famílias indígenas, inclusive as três lideranças da aldeia Itaduquirá, contemplando suas vivências e sentidos. Sob a visão humanística que estabelece o homem como centro, aprofundamos o levantamento dos dados coletados durante a pesquisa exploratória que visava subsidiar a elaboração de nosso projeto e, consequentemente, o resultado ora apresentado.

O estudo foi realizado em dois momentos: no primeiro, foram feitas entrevistas abertas e, no outro, nos valemos de perguntas semiestruturadas, a fim de identificar ao máximo a realidade de luta, a dinâmica e a organização da aldeia. Segundo Buttiner apud. Enge (1982), “a geografia deve se voltar para análise dos espaços humanizados, enquanto regiões culturais, domínios étnicos, territoriais etc.; espaços diferenciados segundo as disposições subjetivas dos homens-habitantes”. Aqui cabe ressaltar a sobriedade e significância de uma condição nova da geografia, como exemplifica Milton Santos em sua obra “Por uma Geografia Nova” (1978), por outro lado, só poderemos romper com essa estrutura se adentramos na visão inerente da sobreposta hierarquizada, estrutura que segue um padrão de fora pra dentro, onde contempla os atores com uma visão externa, sendo assim, ainda com todo o cuidado da pesquisa, segue superficial.

Respeitando todas as normas de segurança sanitária e as precauções necessárias, visto que o período da pesquisa de campo correspondeu ao da pandemia de Covid-19, iniciamos o trabalho, tendo por base a análise do território que, como afirma Raffestin (1993), “revela relações marcadas pelo poder”. Ainda segundo o autor, “o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir desse espaço. Ora, a produção por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder” (Raffestin, 1993).

Hasbaert (2004), por sua vez, propõe que o território seja concebido numa perspectiva integradora das diferentes dimensões sociais, pois é a base de sobrevivência dos povos originários, que enxergam o território com um olhar diferenciado daquele do capital. Como ressalta Ribeiro (2005), “o conceito de território indígena, é assim, um espaço de sobrevivência e de reprodução histórica de um povo, onde se realiza a cultura, onde se criou o mundo onde descansam os antepassados”, o que se confirma entre os Tenetehara Tembé, que sustentam, no território, suas representações, seus costumes e simbologias.

Com o objetivo de compreender a realidade de uma comunidade indígena e os fenômenos complexos que a rodeiam e intensificam sua luta, esta pesquisa

ganha pertinência, podendo contribuir para a sociedade, na medida em que busca recolher, com caráter elucidativo e revelador, informações e reconhecimento sobre a vida e a luta dos Tenetehara, instalados na aldeia Itaduquirá, ainda relativamente inacessível.

### **Tenetehara Tembé no Alto Gurupi**

Como um dos aproximadamente 160 povos indígenas existentes, com seus cerca de 160 diferentes idiomas, os Tenetehara se encontram na Terra Indígena Alto Turiaçu, na região da Amazônia Maranhense, e estão divididos em dois grupos, os Guajajaras e os Tembé. Ambos falam línguas semelhantes, derivadas do tronco linguístico Tupi (Boudim 1966), que conta com dez famílias linguísticas das quais se originam vinte e uma línguas e dialetos, entre eles o Tenetehara, falado até os dias atuais pelos povos da etnia Tembé, incluindo os da aldeia Itaduquirá. Usam também o português e outras línguas ainda, devido à convivência próxima com outras etnias.

Ao longo da história, os Tenetehara Tembé sofreram inúmeras dispersões, resultado das frentes de expansão colonizadora, neste caso, pela costa e vales dos rios – Itapecuru, Mearim, Munim e Pindaré – que ameaçaram grupos como os Tremembé, Tupinambá, Uruati, Guanaré, Guajajara, Gamela e Barbado (Cabral, 2008, p. 65), entre outros. As expedições portuguesas em busca de escravos foram responsáveis pelo extermínio total ou redução de populações, como os Tenetehara Tembé (Mercio, 2002) que, empreendendo fuga constante para o mais distante possível, migraram da região do Pindaré para a região do Alto Gurupi, por volta de 1850 (WAGLEY; GALVÃO, 1961), dividindo-se, ainda, em vários grupos: os Tembé do Guamá, no estado do Pará; os Tembé do Gurupi, também do lado paraense; no lado maranhense ficaram os Tenetehara Guajajaras. Destacamos a realidade de ocupação de alguns Tenetehara Tembé, atualmente, no lado maranhense, próximo às margens do Rio Gurupi.

Mesmo com a constante busca por distanciamento, foram inevitáveis os contatos com não indígenas, incluídos os religiosos católicos que impunham a catequese; os agentes da exploração comercial de madeiras, plantas e óleos, principalmente o da copaíba, como os chamados “regatões<sup>5</sup>”; os operadores da política indigenista e/ou política de atração, que visavam unir as etnias outrora

---

<sup>5</sup>Regatões: comerciantes ambulantes que viajam entre centros regionais e comunidades em pequenas embarcações (canoas) pelos rios e igarapés, realizando trocas com os indígenas (Couto & Morais, 2014).

dispersas para controlar e tornar a assimilação comum. Entretanto, como destaca Claval (2007), restou comprovada a capacidade histórica desses povos em resistir.

A capacidade de resistência aos choques culturais e a atitude de enfrentar novas situações, são geralmente mais fortes nos grupos, onde os indivíduos são pessoas capazes de reagir de maneira independente, mas em conformidade com o espírito de sociedade. A coletividade resiste assim, às pressões a que é submetida, mesmo se seu sistema acha-se momentaneamente fora de funcionamento. (Claval, 2007, p.99.)

Essa mesma capacidade se observa entre os Tenetehara que, embora tenham sofrido assimilações, mantêm vivos sua identidade e seus costumes. Apesar da grande queda no contingente populacional, fazendo com que alguns historiadores acreditassesem que iriam sucumbir, mais uma vez se mostraram resistentes e obtiveram uma recuperação, havendo, hoje, um total de 24 mil Tenetehara no estado Maranhão.

### **A Criação da Terra Indígena Alto Turiaçu - MA**

O aparato legal que valida o direito indígena sobre as terras que ocupam foi se construindo ao longo do tempo, como afirmam Cunha & Barbosa (2015), segundo os quais

(...) o primeiro texto legal que fundamentou o direito dos índios especialmente sobre as terras por eles tradicionalmente ocupadas, qual seja, a Carta Regia de 30 de julho de 1611, depois o Alvará de 1º de abril de 1680, que reconheceu o direito de posse permanente das terras ocupadas pelos índios. (Cunha & Barbosa, 2015)

A Constituição Federal hoje vigente, no parágrafo 1º de seu Art. 231, assim estabelece: “São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.” Sabe-se, contudo, que esse direito não está assegurado a muitas comunidades, onde os invasores são muitos e as possibilidades de resistência, mínimas.

A TI Alto Turiaçu, homologada pelo Decreto nº 88.002, de 1982, conta com uma área de 53 mil ha e abriga três etnias, os Ka'apor, os Awa Guajá, e os Tembé, como se pode observar no Quadro 1.

**Quadro 1 - Dados das Populações Indígenas na TI Alto Turiaçu**

<b>Etnias</b>	Guajá	Ka'apor	Tembé
<b>População</b>	1.457	1.863	1.879
<b>Localização</b>	MA	MA	MA/PA
<b>Linguagem/Dialeto</b>	Guajá	Ka'apor	Ka'apor

<b>Autodenominação</b>	Awa	Ka'apor	Tenetehara
------------------------	-----	---------	------------

Fonte: INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (2022)

Org.: CRUZ (2022)

Os conceitos de TI e de território dizem respeito a indivíduos que organizam o espaço segundo seus próprios objetivos, ou segundo questões políticas e também transformações e organizações. Os indivíduos têm a capacidade de restringir acessos e delimitar seus entornos, porém há quem diga que as TIs e os territórios regulam muito bem os dois sentidos: segundo Gottmann (1973), “controlados pelo homem e intervenção política regular, de algumas formas restringir e outras melhorar a capacidade de acesso por várias categorias de pessoas” (Gottmann, 1973). O autor deixa claro que alguns indivíduos têm seu acesso melhorado, e outros, não, seja por questões burocráticas (entrada em outros territórios, principalmente territórios internacionais), seja por falta de capital ou mesmo pela questão da proteção, como no caso das TIs, que deveriam, em tese, ser protegidas. Todavia, nosso intuito não é contestar os benefícios que uma demarcação desse tipo traz às comunidades, mas atentar para o caráter controlador que ela impõe.

A TI Alto Turiaçu é um território delimitado, que se denomina como Terra para se configurar mais pertinente aos grupos a que se destinam. É importante salientar que, segundo dados do IBGE de 2010, apenas 1,23% das terras indígenas já foi homologado, e mais de 40% não têm sua situação definida, nem contam com providências para esse fim.

A TI Alto Turiaçu está aliada à Reserva Biológica (Rebio) Gurupi – única unidade de conservação de proteção integral do Maranhão –, criada com o intuito de proteger os últimos resquícios da Amazônia no estado, o que se tornou tarefa quase impossível, devido aos avanços da ação antrópica devastadora da biodiversidade, como explicitam Martins & Oliveira (2011):

A quantidade de espécies ameaçadas, raras e endêmicas, nos mais variados grupos de animais e plantas atestam a importância biológica da região não só para o estado do Maranhão, mas para o país como um todo. É notório também o acelerado grau de degradação, tanto das áreas florestadas como dos demais ambientes amazônicos do Estado. (Martins & Oliveira, 2011, p. 20)

Ficam evidentes a insuficiência de fiscalização e/ou a conivência e o descaso por parte das autoridades<sup>6</sup> e agências reguladoras, como podemos observar em estudo feito pelo Museu Emilio Goeldi<sup>7</sup>, (2013):

---

<sup>6</sup> Evidenciados constantemente nos noticiários, são declarados, e permitem que ocorram trabalho análogo à escravidão, atuação de madeireiras e de garimpos ilegais e confrontos por posse de terras.

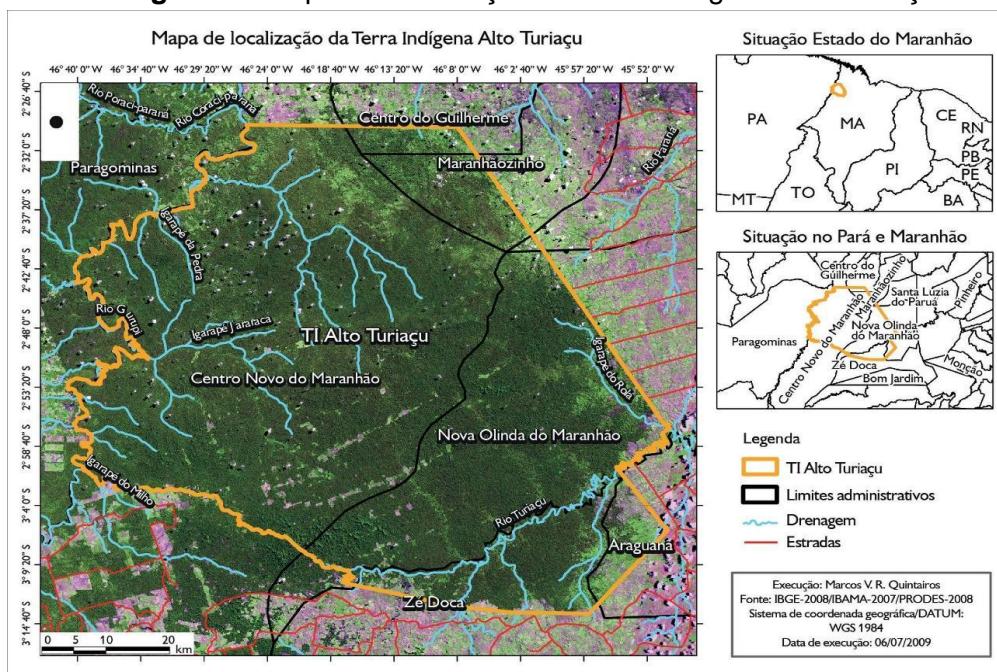
A Rebio Gurupi sofre ameaças ao seu território desde que foi criada. Grupos de madeireiros e pequenos agricultores, que vivem dentro dos limites da reserva, destroem a floresta para exploração ilegal de madeira, criação de gado, trabalho escravo e plantações de maconha. Há também conflitos entre colonos, grileiros, sem-terra, e povos indígenas aliciados ao garimpo. Todos estes fatores colocam em risco a existência da Reserva, a sua alta biodiversidade e da vida dos povos que habitam as três Terras Indígenas que a circundam: Alto Turiaçu, Awá e Caru. (Museu Emilio Goeldi, 2013)

Manifestadamente, o sistema acaba por corromper, e os agentes conseguem aliciar alguns integrantes das comunidades, por meio de motivos/mecanismos que são alheios ao nosso entendimento.

As TIs legalizadas pelo Estado se constituem com a demarcação do que por direito pertence aos povos originários, mas que por vezes é contestada, sob a alegação de não haver indígenas nessas áreas. Conforme os termos da legislação vigente (Lei 6.001/1973 - Estatuto do Índio CF/1988, Decreto nº 1.775/1996), as TIs são classificadas nas seguintes modalidades: Terras Indígenas Tradicionalmente Ocupadas; Reservas Indígenas; Terras Dominiais; Interditadas (proteção de povos e grupos indígenas isolados) (Funai, 2015).

A TI Alto Turiaçu abrange os limites administrativos dos municípios maranhenses de Maranhãozinho (0,52%), Araguanã (2,17%), Centro Novo do Maranhão (58,19%), Centro do Guilherme (6,82%), Santa Luzia do Paruá (0,15%), Nova Olinda do Maranhão (25,03%), Zé Doca (7,63%) e o município paraense de Paragominas (0,03%), como podemos observar na Figura 1.

**Figura 1 - Mapa de localização da Terra Indígena Alto Turiaçu**



<sup>7</sup> Disponível em: <https://www.museu-goeldi.br/noticias/as-ameacas-a-reserva-biologica-do-gurupi>  
Acesso em: 09 mar. 2022.

Fonte: IBGE  
Org.: CRUZ (2022)

### A Aldeia Itaduquirá

A Aldeia Itaduquirá (Figura 2) se encontra em uma clareira em meio à mata densa do bioma Amazônia, próximo às margens do rio Gurupi, na TI Alto Turiaçu, com cobertura vegetal caracterizada por uma floresta ombrófila densa (Instituto Socioambiental, 2021).

**Figura 2 - Localização da aldeia Itaduquirá na Terra Indígena Alto Turiaçu – MA**



Org.: CRUZ (2022)

A Aldeia Itaduquirá é fruto da divisão da Aldeia Cocalzinho, que se encontra às margens do Rio Gurupi, no município de Paragominas-PA. Essa divisão se deu naturalmente, pois a travessia do rio e o contato com outras etnias são constantes, quando ocorrem as trocas, a coleta de frutos, principalmente o açaí (juçara), a pesca, as festividades e os enlaces matrimoniais. Com o intuito maior de resguardar a terra de invasores, também corroborou para a divisão, a convicção dos indígenas de que quanto mais se espalham, melhores são as chances de resistir à invasão desenfreada de agentes externos. Faz parte dos componentes da TI, ainda, uma outra divisão familiar, com um contingente populacional menor, que se mantém isolado.

A luta desse povo pela sobrevivência, pautada pela ameaça da dizimação física (genocídio), é longa. Além do esforço na manutenção da identidade e contra a violência cultural (etnocídio), lutam principalmente pelo chão sagrado, pelo espaço que ocupam, enfim, pelo território, ainda que esse conceito não lhes pertença, como demonstra Ladeira (2001), indicando que “o conceito de território não é próprio das sociedades indígenas e que as delimitações territoriais são historicamente fixadas

por meio de estratégias de poder e controle político do Estado". Entretanto, é sim a égide, sob a qual as comunidades buscam se proteger.

O espaço construído a partir dos simbolismos e dinâmicas espaciais representa uma territorialidade traduzida a partir da cultura, como revela Bonnemaison (2002, p.102). A sociedade Tenetehara, assim como todas as outras, expressa suas ações e comportamentos mediante um campo de particularidades e lógica territorial, a qual se traduz também em forma de poder: a "melhor" casa, por exemplo, pertence ao cacique e sua família.

Destarte, para interpretarmos a totalidade das transformações, desde as contradições e as desigualdades, partindo desse panorama realístico, foi pertinente utilizar um procedimento quali-quantitativo, de forma a abranger/captar o máximo da vivência, com suas possíveis lutas e, por meio da observação, contemplar a essência de toda a realidade: "não devemos em hipótese alguma, tentar compreender a realidade somente por dados quantitativos, sendo imprescindível, a interpretação qualitativa do real" (Salvador, 2012, p.101).

Os indígenas vivem numa constante luta entre contrários, e a existência de um objeto produzido a partir de movimentos materiais, por si só, já se caracteriza por diferenças e contrastes em relação à sociedade hegemônica, perfazendo, assim, deve-se ressaltar, a existência nessa realidade estruturada e suas singularidades.

### **Dinâmica e organização no espaço**

A Aldeia Itaduquirá é composta por cinco famílias, totalizando 36 Tenetehara, liderados pelo Cacique e um conselho de lideranças, formado por um trio de irmãos, filhos do Cacique, entre eles, a Tenetehara Cleide Tembé, que possibilitou o contato com a aldeia e, por conseguinte, viabilizou a realização da presente pesquisa.

Ocupam-se da caça, da pesca e da coleta de frutos da floresta. Na ocasião da visita em campo, encontravam-se na aldeia apenas as mulheres e as crianças, o Cacique e membros do conselho, pois os demais homens estavam coletando açaí, como registrado na Figura 3.

**Figura 3 - Família Tenetehara Tembé**

Autor: CRUZ (2021)

Os frutos coletados, em especial o açaí, são repassados aos “cabocos”, homens dos vilarejos mais próximos, e o dinheiro obtido é empregado na compra de combustível para abastecer uma embarcação do tipo voadeira (barco veloz e com motor de popa) que possuem, e de querosene para as lamparinas.

A caça é destinada ao autoconsumo, todavia, esta atividade está cada vez mais comprometida em razão da escassez de animais na floresta, provocada pela ação de não indígenas, como relatou o Tenetehara José Tembé:

Agora anda muito na floresta até achar as caça, antes pegava ligeiro, tinha “tudo” de animais, os bichos estão assombrados, é muito barulho, muita gente, muita máquina, muito fogo, acaba ficando cada vez mais difícil de achar (os animais), o bichinho que mais sabe se proteger é os macacos, eles são difíceis de pegar mesmo, antes era difícil achar um branco no rio, agora vemos muito, eles não veem a gente, mas a gente vê eles. (Tenetehara José Tembé, Liderança na aldeia)

A ação dos não indígenas provoca a degradação ambiental, ocasionando a perda da biodiversidade, a redução hídrica e a extinção de animais, o que acaba dificultando aos povos indígenas a obtenção de alimentos. Sua subsistência fica comprometida em virtude da devastação da floresta promovida pela ação de madeireiros e também de fazendeiros, que derrubam as árvores para abertura de novas áreas de pastagem.

Segundo Martins & Oliveira (2011, p. 27), a presença desses agentes faz com que essas áreas, em decorrência da “inexistência de demarcação e a descontinuidade de ações de fiscalização, vão sendo gradualmente destruídas, invadidas por caçadores e madeireiros, sofrendo fortes pressões negativas sobre seu ecossistema”. Ações indiscriminadas, como a caça e a pesca fora de época, a

derrubada da mata para instalação de áreas de pastagens e lavouras, bem como a extração de minérios em garimpos ilegais, são responsáveis pela avançada perda da biodiversidade. Segundo Porto; Pacheco & Leroy (2013), “os Tembé têm sido obrigados a conviver com centenas de famílias de posseiros em suas terras e sofrem os efeitos da atuação irregular de madeireiros, fazendeiros e empresários”.

O povo Tenetehara mantém uma dinâmica espacial intensa na mata: cruzam o rio diariamente, seja para a venda dos frutos, seja para caçar ou pescar; interagem com outras etnias e criam laços sociais; buscam apoio para saúde nos postos mais próximos; levam as crianças à escola, na aldeia vizinha de Cocalzinho. As relações de amizade, assim como as rivalidades, os vínculos matrimoniais e de trocas se estabelecem desde sempre entre esses sujeitos sociais, ativos e políticos de todos os grupos.

O povo Tenetehara concebe a terra como chão sagrado. Para eles, tudo está conectado, interligado pelos seres e pelos ancestrais que, de alguma forma, ainda vivem. Uma análise mais pertinente com a presente pesquisa reforça a noção do “espaço vivido” (Gallais, 1998), das impressões simbólicas e dos sentidos que permeiam as relações dos agentes, e de forma individual, com o espaço. Portanto, as dimensões afetivas, culturais e religiosas são imbricadas no espaço geográfico, e as vivências se concretizam em harmonia com o meio.

As habitações que, como de costume na maior parte das etnias, eram dispostas em círculos, hoje ganharam novos formatos, no entanto, sempre próximas umas das outras e sempre contemplando os materiais naturais (Figura 4). O sentimento de afetividade com o espaço, do qual se sentem parte, pode ser destacado na conexão dos indígenas com os espaços da cultura, os geossímbolos, permeados de afetividade e significações, espaços de “comunhão com um conjunto de signos e de valores” (Bonnemaison, 2002, p. 111, apud. Peçanha, 2016, p. 124).

**Figura 4 - Habitação Tenetehara na aldeia Itaduquirá**



Autor: CRUZ (2021)

Em sua vivência na aldeia, as crianças e os jovens da comunidade, majoritariamente, valorizam a escola e as saídas para a pesca e a caça, atividades que representam, por vezes, destacando o termo “oriba”, ou seja, um acontecimento feliz, prazeroso. Para alguns, o melhor da comunidade é a proximidade do rio Gurupi, pois, além de possibilitar uma visita rápida às outras comunidades, é lugar de brincadeiras, quando se banham em suas águas e se divertem, sem nenhum problema ou sem adultos por perto, a vivência naturalizada dos tenetehara com o meio faz com que a confiança e sua capacidade sejam ressaltadas (Figuras 5)

**Figura 5 - Crianças Tenetehara Tembé no Rio Gurupi**



Autor: CRUZ (2021)

A natureza contempla a paisagem que, outrora, foi marcada por árvores muito mais frondosas, mas, agora, revela grandes vazios, pois somente cerca de 25% da cobertura vegetal original (Ibama, 2006) se encontram preservados, o que ocasiona perda da qualidade do solo e fragmentação do ecossistema.

O rio Gurupi tem definido dois períodos: o da cheia, que vai de novembro a maio, quando ocorre grande volume de chuvas; e o da vazante, que corresponde aos meses de julho a dezembro, quando o nível fluvial diminui devido à redução das chuvas, sendo junho marcado pela transição entre os dois.

Os Tenetehara da aldeia Itaduquirá fazem uso controlado do espaço: além do cultivo da mandioca e da macaxeira, plantam hortaliças como a cebolinha e o coentro, bem como algumas árvores frutíferas. A cultura indígena alcançou, ao longo dos séculos, uma harmoniosa relação de convivência com a floresta, sendo portadora de uma imensa sabedoria no uso dos recursos naturais (Brasil, 2006). Essa vivência harmoniosa é puramente fruto da relação simbiótica entre os

Tenetehara e o meio ambiente que, para eles, têm caráter sagrado, ou no mínimo, um valor inestimável.

Esses sujeitos sociais refletem sua contumaz luta contra interações transformadoras, cujas ações nem sempre condizem com seus desejos e princípios, como por exemplo, a adesão da aldeia à religião protestante, numa tentativa de controlar os mais jovens que, cada vez mais, se envolviam com o consumo de bebidas alcoólicas e de tabaco. Uma vez por mês, permitem a entrada de cristãos evangélicos na aldeia, para a realização de cultos, em local que construíram com esse fim (Figuras 6 e 7).



**Figuras 6 e 7 - Local de celebração dos cultos**

Autor: CRUZ (2021)

Autor: CRUZ (2021)

Se por um lado abdicam de seus rituais para salvaguardar os jovens, por outro, vale ressaltar, muitas tradições, com suas características e manifestações, são mantidas como forma de resistência (Diniz, 1994).

Um evento tradicional comum, preservado com orgulho e determinação até os dias atuais, é a festa do moqueado, ou “festa da menina moça”, ritual que celebra a entrada das meninas na puberdade: depois de isoladas, durante o primeiro ciclo menstrual, ao final do período as meninas, agora mulheres, são reunidas no retorno ao convívio, e tem início uma grande festa no mês de maio. A principal refeição é o moqueado, prato feito com a mistura de várias carnes de caça que, cozidas e desfiadas, são em seguida pisadas no pilão com uma farinha feita de mandioca e moldadas em bolinhos, que são servidos pelas moças para os mais velhos e convidados. A festa reúne as aldeias vizinhas, com o intuito de estabelecer contato

para futuros matrimônios. A partir daí, essas jovens são incentivadas a procurar o seu marido.

A resistência em resguardar sua identidade, o espaço onde reproduzem suas práticas e o modo de vida faz parte do panorama da comunidade Tenetehara, apesar das assimilações e transformações sofridas.

As crianças da aldeia têm acesso a uma escola, na localidade de Cocalzinho, cuja estrutura é bastante precária (Figura 8). Construída em alvenaria pelo município de Paragominas, atende as crianças que estudam em formato multisseriado. Solicitadas a descrever seu professor, usaram o termo “auá etê”, que significa homem bom, sincero, e o definiram como caboclo, uma alusão a sua possível miscigenação.

**Figura 8 - Escola de Cocalzinho**



Autor: CRUZ (2021)

Na ocasião de nossa visita, a escola estava fechada. Segundo informação que obtivemos, nos três primeiros meses do ano, o professor sai de férias e aproveita esse período para aperfeiçoar sua formação pedagógica no município de Paragominas, no estado do Pará. Por isso, não foi possível conhecer a metodologia adotada. A escola conta apenas com uma sala de aula, e só em seu interior parecia haver um pouco de zelo. Há dois banheiros, e o cômodo onde antes funcionava o refeitório foi transformado num quarto que passou a ser ocupado pelo professor; parte do telhado se encontrava em péssimo estado. O acesso dos alunos da aldeia Itaduquirá à escola, que está instalada à margem paraense do rio Gurupi, é feito por “voadeira”.

### **Principal Ameaça**

A aldeia fica na Microrregião do Gurupi, onde houve uma frente de ocupação resultante de fluxos migratórios com intenções agrícolas (Andrade, 1973 apud Ferreira, 2002), por volta de 1957, ou seja, um século depois de a região ter recebido os Tenetehara fugidos do Pindaré. Decorrente de uma política governamental de integração nacional, tal movimento fez da Amazônia maranhense frente pioneira de migração, seja por suas riquezas naturais, seja pela existência de vastas terras devolutas, facilitado, ainda, pela construção de rodovias federais e estaduais, visando à sua ligação com outras regiões do país. Todos esses fatores contribuíram para o aumento da população maranhense, que passou de 1.557.838 para 2.997.576 de habitantes (Ferreira, 2002) entre 1950 e 1970, acrescida, em seguida, de contingente significativo, somando, em apenas 10 anos, 4.002.599 habitantes (1970 a 1980). Na Microrregião do Gurupi, especificamente, a população, em 1980, era de 112.624 mil habitantes, a maioria dos quais (94,36%) estabelecida às margens da BR-316 (Ibge, 2002).

A invasão por não indígenas é a principal ameaça à TI que se encontra na Microrregião do Gurupi, onde estão localizados também os municípios mais novos do estado do Maranhão, cuja emancipação ocorreu em 1997. Dentre eles destacamos Centro Novo do Maranhão que, segundo dados do Ibge (2010), conta com uma população de 21.840 habitantes e possui mais de 58% do seu território dentro da TI Alto Turiaçu, o que representa uma danosa proximidade. Tendo em vista a baixa densidade populacional desses municípios, consideramos que a marcação de seus limites deveria ser reavaliada, de modo a possibilitar a ampliação das terras indígenas existentes. E, principalmente, porque o esperado desenvolvimento de iniciativas do setor privado não adentrou fortemente a área, ainda que as redes de atividades econômicas e sociais imprimidas no espaço não urbanizado estejam presentes no território.

O espaço, constituído pela junção de sujeitos sociais e ações, é, como afirma Santos (1978), “construído processualmente e contém uma estrutura organizada por formas e funções que podem mudar historicamente em consonância com cada sociedade”. Assim, seria pertinente reconhecer os signos de referência de unidade da sociedade de Centro Novo do Maranhão, bem como os processos políticos imbricados na busca por uma sociedade mais justa que preze pelos direitos humanos e valorize a equidade.

Tal sociedade parece andar a anos luz de distância desses preceitos, pois outra grande ameaça é a devastação ocasionada pela ação antrópica dentro da TI. De acordo com dados do Sistema de Mapeamento da Degradação Florestal na Amazônia Brasileira (DEGRAD), obtidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), 5.733 hectares de florestas foram degradados na região, entre 2007 e 2013, pela exploração ilegal de madeira dentro da TI Alto Turiaçu.

A identificação de grupos indígenas com base na separação por território deve também ser revista, pois a dispersão de muitos grupos de famílias extensas se deu, segundo o Cacique, porque “o branco (homem), obrigou nossa separação”. Assim, é importante salientar que, num primeiro momento, essa “fragmentação” era uma fuga, em função das políticas de controle, concentração e unificação. Na atualidade, aparentemente, a “dispersão” representa uma “estratégia” de resistência (Sales, 1999). Entende-se, portanto, que os Tenetehara Tembé lutam também pela defesa do território (ainda que esse conceito tenha para eles uma dimensão simbólica), que é ocupado indiscriminadamente por agentes sociais como posseiros, fazendeiros, garimpeiros ilegais e madeireiros, como evidenciam Porto; Pacheco & Leroy (2013).

Uma ocupação, pode-se dizer, legitimada pelo Estado, haja vista a criação dos novos municípios que, estabelecidos anteriormente como vilas, obtiveram apoio para ascender a essa condição dentro da TI Alto Turiaçu, como resultado de um processo embasado na alegação de não haver povo Tenetehara ali, como demonstra a fala do primeiro morador da então vila, Luís Domingues, segundo o qual os moradores nunca avistaram nenhum indígena no local. Trata-se, na realidade, de negação da existência de um povo ali estabelecido muito antes da chegada dos colonizadores, com registros que documentam sua presença na região em meados do século 18, portanto, muito antes da tomada de posse ilegal.

A desterritorialização forçada a que foram submetidas as comunidades tradicionais deu lugar a uma reterritorialização plenamente delimitada, porém, e caracterizada pela “menorização” e desprezo por parte dos poderes hegemônicos e da sociedade, principalmente os detentores do poder.

Por estar o município de Centro Novo do Maranhão estabelecido dentro do recorte espacial da TI Alto Turiaçu, e também reafirmando o método dialético aqui proposto, buscamos ouvir o então secretário de administração e a secretária do meio ambiente, mas ambos informaram que não poderiam conceder entrevistas. No

entanto, consideramos pertinente destacar a declaração inicial relativa ao povoamento, em que se lê:

Nos anos 80, muitas pessoas de diversas partes do país vieram para este município, com destino aos garimpos da Serrinha, Chega-Tudo, Cipóeiro, Mina Nova, em busca de ouro. Quando a produção de ouro praticamente ficou escassa, nos anos 90, muita gente permaneceu na região desbravando a floresta para a pecuária, transformando-a em pasto para criação de gado e agricultura, plantação de arroz, mandioca, milho, feijão nas pequenas propriedades agrícolas, e a produção de verduras e frutas as famílias produziam só para o consumo doméstico, a partir de então, Centro Novo passa de uma economia de extrativismo mineral para uma economia baseada na agricultura e na pecuária, hoje dispondo de um importante rebanho bovino de corte, de mais de 300 mil gado por ano. (Prefeitura Municipal Centro Novo, 2001)

Consequentemente, é importante frisar, grandes partes da floresta foram subtraídas para dar lugar a pastagens. Muitos garimpos ilegais ainda continuam em atividade, trazendo consigo toda uma estrutura de ações criminosas e danosas ao meio ambiente e às comunidades tradicionais, com vistas somente ao lucro e à tomada de poder por meio de aquisições ilegais de territórios. Espraiando-se dentro da TI e avançando cada vez mais sobre os espaços dos Tenetehara Tembé, dos Ka'apor e dos Awa Guajá, essas atividades revelam falta de respeito e se manifestam como uma das ameaças para esses povos, que procuram apenas continuar se reproduzindo socialmente.

Dante desse quadro, é urgente que a ação antrópica promovida por não indígenas seja cessada, para que o ambiente possa se recuperar das devastações sofridas, e os animais possam voltar ao seu equilíbrio. O Estado e a sociedade deveriam, pois, agir de modo a preservar e proteger os territórios que foram impostos aos povos originários, áreas que, além de pequenas, como a do povo Tenetehara, se baseiam numa lógica alheia à sua realidade:

As práticas de gestão e ordenamento territorial definidas pelas políticas públicas, envolvendo porções de terras e de matas ocupadas por grupos étnicos ou comunidades minoritárias, implicam, de um modo geral, a submissão de concepções espaciais, normas de organização, ocupação e sociabilidade próprias desses grupos às convenções e aos padrões políticos e econômicos dominantes, responsáveis pela reprodução de um sistema nitidamente injusto e autoritário. (Ladeira, 2001, p. 48)

Para esses povos, portanto, resta somar esforços e elaborar estratégias para não perder o pequeno território que lhes foi designado, seja se adequando às formas legais e jurídicas de controle, seja se armando e tentando, sozinhos, proteger seu espaço – casos assim ocorrem com muitas etnias que procuram defender suas TIs com as próprias “mãos” – o que muitas vezes ocasiona a morte dos Tenetehara.

O Estatuto do Índio, em seu Art. 2º, estabelece a responsabilidade das três esferas de governo – federal, estadual e municipal – na defesa e no cuidado dos povos originários, discriminando as diversas ações necessárias para a garantia de seus direitos. Todavia, num passado recente, a ausência do Estado brasileiro se tornou evidente na aldeia Itaduquirá, quando os indígenas tiveram que enfrentar a trágica ocorrência da pandemia de Covid-19, situação em que, além das mortes causadas pela doença, correram o risco de serem dizimados também pela fome. Os indígenas se sentiram abandonados pelo governo brasileiro, e a tragédia só não foi maior, porque puderam contar com o apoio de ONGs internacionais, que enviavam alimentos. Demonstrando uma profunda insatisfação, as lideranças chegaram a afirmar, durante a emergência sanitária, que “o atual presidente não gosta de indígenas” e que havia “cortado” todo tipo de ajuda que antes recebiam.

Obviamente, os indígenas têm ciência de que esse momento atípico e tenebroso da pandemia trouxe calamidade a todas as nações. Entretanto, não se pode evitar a analogia com o descaso e a fome que enfrentam os pobres e as comunidades tradicionais, posto que é evidente estarem relacionados a raça, regiões e territórios, persistindo para além de eventos pandêmicos.

### **Considerações Finais**

A presente pesquisa buscou elucidar o modo de vida e a dinâmica dos Tenetehara em meio ao caos que é conviver nas proximidades de uma sociedade que não raras vezes ignorou ou até mesmo almejou eliminar os povos originários e se apossar da natureza de maneira indiscriminada e irracional.

A operacionalização de pesquisa que envolve os povos originários, em razão de suas especificidades – valores, costumes, práticas, comportamento, grau de alfabetização, língua etc. – requer do pesquisador um grau de sensibilidade e de sutilezas muito diferente daquele necessário quando a investigação implica outros sujeitos sociais. Em vista dessa circunstância, foram fundamentais a colaboração e a orientação de um membro da aldeia, com quem a pesquisadora já houvera, anteriormente, estabelecido laços de amizades.

Das muitas informações coletadas, sobressaem a preocupação e o medo dos indígenas de perder o chão sagrado, de não conseguir alimentos suficientes para os filhos e o fato de se sentirem abandonados pelas entidades públicas, diante da ausência de políticas que seriam sua responsabilidade.

Por meio de entrevistas com as famílias da aldeia Itaduquirá, que se estabelece na TI Alto Turiaçu, buscamos reconhecer a vivência espacial dos Tenetehara. Embora mantenham ainda sua identidade, são evidentes as assimilações e transformações em seu modo de vida, advindas naturalmente do contato com não indígenas ou mesmo das imposições dele decorrentes. As adaptações e estratégias consolidadas na atualidade evidenciam a luta e as formas de resistência que objetivam a manutenção do seu território, como por exemplo, a dispersão e a divisão. Todavia, tal controle é frágil, devido à proximidade de contato com agentes externos e seus fluxos dentro da TI, visto que muitos municípios têm suas delimitações territoriais dentro da TI Alto Turiaçu, principalmente o município Centro Novo. Essas áreas limítrofes são palco privilegiado para a devastação da floresta, visando dar lugar a áreas de pastagem e de garimpos ilegais, onde também, de maneira desenfreada, são praticadas a caça e a pesca por não indígenas que invadem a TI, causando degradação ambiental, gerando violência e impondo novas territorialidades, com repercussão direta no modo de vida dos povos originários.

Procurando enfrentar tudo isso, o Cacique tenta limitar o contato com estranhos, exigindo autorização para o acesso à aldeia, o que confere um relativo distanciamento e permite, também, uma relativa manutenção do poder sobre o território, ainda que esse não seja um conceito comum aos povos originários, posto que concebem a terra para além de demarcações: ela é seu chão sagrado, onde a vida se estabelece sob variadas formas e simbologias. No entanto, é esse recorte territorial, que lhes foi imposto, que buscam salvaguardar. Em sua dinâmica, estão presentes as trocas entre as etnias e aldeias, e a busca por conhecimento é mantida, proporcionando às crianças o acesso à escola na aldeia vizinha. Suas festas e rituais ainda permanecem como forma de manutenção da identidade; sua organização, embora hierárquica, prevê o diálogo com as lideranças, e as tomadas as decisões não mais se concentram apenas na figura do Cacique; as mulheres e os jovens têm liberdade para sair da aldeia e voltar caso assim desejem, pois suas escolhas são respeitadas. Salvaguardando os costumes, as pinturas corporais com tinta de jenipapo são usadas em celebrações, e os jovens ainda se submetem ao ritual de passagem para a vida adulta, com a famosa “festa do moqueado”, ou “menina moça”.

A dinâmica socioespacial dos Tenetehara se dá pela travessia – “subida” ou “descida” – do rio Gurupi, meio pelo qual mantêm trocas e vínculos com outras

comunidades de etnias diversas, além do acesso a saúde em postos mais próximos e também durante a caça e a pesca.

Os povos Tenetehara e tantas outras etnias – assim como as comunidades quilombolas – são símbolos de resistência, pois sofrem todo tipo de ameaças, que já causaram a extinção de diferentes grupos. Diante da situação, porém, não cabem mais somente discursos, mas ações concretas, oriundas de todas as esferas de poder, que promovam melhorias, equidade e, principalmente, respeito para todos esses povos.

Por fim, prezamos pela observância do modo de viver no espaço, suas simbologias e subjetividades, além de contemplar e respeitar as falas dos sujeitos da pesquisa. Colocamos em evidência os inúmeros tipos de pressão por eles sofridos, os desrespeitos às Terras Indígenas e as ações danosas ao meio ambiente, além, é claro, do fato de que muito da resistência desse povo é resultado da união, mas também de sua dispersão dentro do território, na busca por mantê-lo sob seu controle.

## REFERÊNCIAS

**BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasil: Presidência da República.

**BRASIL. Presidência da República. Decreto n. 6.040 de 7 de fevereiro de 2007.** Casa Civil. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm). Acesso em: 22 out. 2021.

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do Território. In: CORRÊA, R. L.; ROENDAHL, Z. (orgs.). **Geografia Cultural**: um século (3). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

CIMI – Conselho Indigenista no Maranhão. **Povos Indígenas no Maranhão**: exemplos de resistência. Maranhão, 1988. Biblioteca Digital Curt Nimuendajú - Coleção Nicolai Disponível em: <[www.etnolinguistica.org](http://www.etnolinguistica.org)> Acesso em: 02 de nov. 2021.

CLAVAL, P. **A geografia cultural**. 3. ed.-Florianópolis: Ed. da UFSC, 2007.

COUTO, M. H.; MORAIS, L. T. Estradas Liquidas, Comércio Sólido: Índios e Regatões na Amazônia (Século XIX). **Revista de História** (São Paulo) 171. Jul. de 2014. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/89007>> Acesso em: 24 de jun. 2022.

DINIZ, E. S. **Os tenetehara - Guajajara e a sociedade nacional**: flexibilidade cultural e persistência étnica. Belém: Universidade Federal do Pará/ CNPq, 1994.

FERREIRA, A. J. de A. **A estrutura espacial urbana maranhense**. São Luís. 2002.

HAESBAERT, R. **O Mito da desterritorialização**: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand, 2004.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Cidades.org.br. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/centro-novo-do-maranhao/historico>> acesso em: 3 abr. 2022.

LADEIRA, M. I. **Espaço Geográfico Guarani-mbya**: significado constituição e uso, 2001. Tese de Doutorado em Geografia Humana – FFLCH/ Universidade de São Paulo - USP

MANDEL, E. **Introdução ao Marxismo**. Lisboa: Antidoto. 1978.

MARTINS, M. B. OLIVEIRA, T. G. Programa de Pesquisa em Biodiversidade na Amazônia Maranhense. In: Martins, M. B.; OLIVEIRA, T. G. **Amazônia Maranhense**: Diversidade e Conservação. Belém: MPEG, 2011. cap. 01, p.17- 24.

PEÇANHA, A. L. A celebração dos conceitos de lugar e símbolo na geografia humanística. **Revista Percurso**. Maringá, v. 8, n. 2, p. 111- 135, 2016

PORTO, M. F.; PACHECO, T.; LEROY, J. P. **Injustiça ambiental e saúde no Brasil**: o Mapa de Conflitos [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013.

RIBEIRO, L. E. **A geografia, o território capitalista e o território indígena**. III Simpósio Nacional de Geografia Agrária - II Simpósio Internacional de Geografia Agrária Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira – Presidente Prudente, 2005.

SALES, N. P. “**Pressão e Resistencia**: Os Índios Tembé- Tenetehara do Alto Rio Guamá e a relação com o território. Belém: UNAMA, 1999. Biblioteca Digital Curt Nimuendajú - Coleção Nicolai Disponível em: <[www.etnolinguistica.org](http://www.etnolinguistica.org)> Acesso em: 11 de jan. 2022.

SALVADOR, D. S. C. O. **A geografia e o método dialético**. Sociedade e Território, Natal, v.24, nº 1, p. 97-114, jan./ jun.2012.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a geografia crítica. São Paulo: Hucitec, 1978. 236 p.

TERRA, A. **Reforma agrária por conveniência e/ou por pressão?** Assentamento Itamarati em Ponta Porã – MS: “o pivô da questão”. Tese (Doutorado em Geografia) Presidente Prudente, 2009, 325 f

WAGLEY, C.; GALVÃO, E. **Os Índios Tenetehara, uma cultura em transição**. 1961. Biblioteca Digital Curt Nimuendajú - Coleção Nicolai Disponível em: <[www.etnolinguistica.org](http://www.etnolinguistica.org)> Acesso em: 04 de nov. 2021.

## NOTAS DE AUTOR

### CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

**Mara Dielly Santos da Cruz** - Concepção. Coleta de dados, Análise de dados, Elaboração do manuscrito, revisão e aprovação da versão final do trabalho

**Ademir Terra** – Concepção e elaboração do manuscrito. Participação ativa da discussão dos resultados; Revisão e aprovação da versão final do trabalho.

### FINANCIAMENTO

Não se aplica.

### CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Foi obtido o consentimento escrito dos participantes.

### APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

### CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

**LICENÇA DE USO**

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

**HISTÓRICO**

Recebido em: 31-05-2023

Aprovado em: 24-02-2024